

A qualidade da educação na rede pública municipal de educação de Uberlândia/MG: análise das concepções, atitudes e ações dos/as gestores/as das unidades escolares

Silma do Carmo Nunes¹

Gercina Santana Novais²

RESUMO

Abordamos, neste texto, o modo como os/as gestores/as da rede pública municipal de Uberlândia/MG entendem a qualidade da educação nas unidades escolares e no contexto da escola pública que dirigem. Esta abordagem se deu a partir da investigação realizada com os/as gestores/as escolares, por meio de pesquisa qualitativa. O eixo da pesquisa foi a qualidade da educação, fundada nas concepções, atitudes e ações desenvolvidas pelos/as gestores/as escolares no contexto das escolas de educação infantil e do ensino fundamental da rede pública municipal de ensino de Uberlândia/MG, no ano de 2013.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade da Educação. Gestão Educacional. Políticas Públicas.

The quality of education in municipal public education network of Uberlândia/MG: analysis of conceptions, attitudes and actions of managers/the school units

ABSTRACT

We discuss, in this text, the way the managers/the public municipal network of Uberlândia/MG understand the quality of education in schools and in the context of public school who run. This approach took

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Coordenadora do curso de Pedagogia da UNIPAC/Uberlândia. Assessora de Gabinete da Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia/MG. Brasil. E-mail: leosilma@terra.com.br

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Prof.^a Colaboradora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Secretária Municipal de Educação de Uberlândia/MG. Brasil. E-mail: gercinanovais@yahoo.com.br

place from research conducted with the managers/the school, through qualitative research. The axis of the research was the quality of education, founded on conceptions, attitudes and actions developed by/the managers/school in the context of the schools of early childhood education and elementary education from public municipal de ensino de Uberlândia/MG, in the year 2013.

KEYWORDS: Quality of Education. Educational management. Public Policies.

Introdução

Este artigo é resultante da pesquisa sobre qualidade da Educação Básica envolvendo gestores/as, professores/as e pedagogos/as que atuam nesse nível de ensino identificando e compreendendo concepções, significados e sentidos atribuídos à expressão qualidade da educação, as atitudes tomadas e seus significados na/para a educação em desenvolvimento em unidades da Rede Pública de Ensino do Município de Uberlândia-MG.

As fontes para a análise e discussão apresentadas neste texto foram os expressos, individualmente, por gestores/as das Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEI e das Escolas Municipais de Ensino Fundamental - EM do 1º ao 9º ano durante encontros de formação contínua para esses/as gestores/as. O Município de Uberlândia possuía, no período de realização da pesquisa, 117 unidades escolares, sendo 52 de ensino fundamental, o Campus de Atendimento à Pessoa com Deficiência e 64 unidades de educação infantil - EMEI. Em relação à participação e colaboração dos gestores /as, observe os quadros abaixo:

Quadro 1- Participação e colaboração dos/as gestores/as da educação infantil e do ensino fundamental para a pesquisa

Percentual de Unidades Participantes	Nº de Participantes Colaboradores da Pesquisa	Nº de Gestores/as do Ensino Fundamental
92,3%	48	52

Fonte: Formulários preenchidos pelos/as colaboradores/as da pesquisa.

Quadro 2 - Participação e colaboração dos/as gestores/as das EMEI da pesquisa

Nº de Gestores/as da Educação Infantil - EMEI	Nº de Participantes Colaboradores/as da Pesquisa	Percentual de Participantes
64	49	76,5%

Fonte: Formulários preenchidos pelos/as colaboradores/as da pesquisa.

Quadro 3 - Participação e colaboração dos/as gestores/as Campus de Apoio às Pessoas com deficiência da pesquisa

Nº de Gestor do Campus de atendimento à Pessoa Com Deficiência	Nº de Participante da Pesquisa	Percentual de Participante
01	01	100%

Fonte: Formulários preenchidos pelos/as colaboradores/as da pesquisa.

Os dados apresentados e analisados resultam das indagações que orientaram a entrevista com os/as gestores/as: O que é qualidade da educação? Que atitudes são tomadas para construir a qualidade da educação na sua unidade escolar? O que eu faço para melhorar a qualidade do ensino na escola? Outras fontes também foram analisadas: a Lei Municipal 11.444/2013; o Comunicado da Secretaria Municipal de Educação - SME, publicado no Diário Oficial do Município – DOM, de 08 de outubro de 2013; e, a Carta do Comitê Gestor do Processo de Compreensão e Intervenção Acerca dos Resultados Educacionais.

A realização da pesquisa, de natureza qualitativa, está inserida no contexto da Política de Formação Contínua, em Serviço e em Rede, com os profissionais da educação e vinculada ao movimento de produção e análise dos dados e das devolutivas dos resultados apresentados aos/as participantes da investigação como estratégia de formação dos/as profissionais da educação, associada à busca pela qualidade social educacional.

No caso específico deste trabalho, realizamos as entrevistas semiestruturadas com os/as gestores/as ou, como explica Krüger (2010, p. 45), “entrevista centrada no problema na qual o pesquisador concentra o foco em perguntas pré-formuladas sobre um tema de interesse para a pesquisa”. A análise que fizemos considera a complexa dimensão conceitual de qualidade da educação tentando entrecruzar o que foi considerado e apresentado pelos/as gestores/as expressa em documentos e nas práticas oficiais produzidas para explicitar o que é qualidade e como é refletida nas avaliações realizadas na educação básica. A análise dos dados é ancorada nas formulações teóricas que concebem a qualidade da educação como “um modo de ser que afeta a educação como um todo envolvendo sua estrutura, seu desenvolvimento, seu contexto e o nosso modo de conhecê-la”. (CURY, 2010, p. 17).

A educação escolar, concebida como prática social, resultante de políticas públicas, deve orientar-se pelo estabelecimento de princípios que fundamentem o ensino e a aprendizagem e as práticas socioculturais possibilitadoras da formação integral de todos/as aqueles/as que estejam envolvidos/as no processo educativo. Assim, a riqueza e a diversidade contidas nas leituras dos registros elaborados pelos/as gestores/as ajudam-nos a compor a interpretação sobre o quê e como é pensada a qualidade da educação pelos sujeitos corresponsáveis pela sua efetivação na Rede Pública Municipal de Educação.

O contexto de discussão sobre a qualidade da educação: o que revela os documentos oficiais sobre esse tema publicados pela equipe gestora da Secretaria de Educação do Município de Uberlândia

A Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia - SME, na gestão governamental que tem como lema “Uberlândia, por uma cidade educadora” (2013/2016), a concepção de qualidade educacional desenhada fundamenta-se, também, nos princípios da Rede Pública Municipal Pelo Direito de

Ensinar e de Aprender, instituída pela Lei Municipal 11.444, de 24 de julho de 2013. E, na esteira da proposta educativa que subsidia a concepção de educação e também da qualidade do ensino e da aprendizagem na rede pública municipal de educação de Uberlândia, a qualidade não se pauta somente pelos resultados educacionais obtidos em avaliações com foco no conteúdo restrito das disciplinas, como Língua Portuguesa e Matemática.

Na perspectiva de *cidade educadora* é necessária a construção de um projeto político que considere a gestão democrática das escolas públicas e do sistema educacional municipal, a articulação dos espaços citadinos e campestres, os equipamentos e as outras instituições sociais que trabalham em consonância entre si contribuindo, coletivamente, para que a educação seja pensada como bem coletivo acessível a todos/as.

No capítulo II da Lei 11.444/2013, que versa sobre os seus objetivos específicos, há menção sobre a qualidade social da educação e as estratégias para favorecer o seu alcance.

I – fomentar a articulação de esforços de diferentes instituições, no sentido de potencializar serviços e incentivar a cooperação entre essas, para a obtenção de objetivos compartilhados e vinculados à garantia do acesso, à permanência e à conclusão, com qualidade e diversidade, dos estudos das infâncias, dos adolescentes, e dos jovens e adultos.

[...]

V - Favorecer a construção de uma cultura de cooperação, acompanhamento, avaliação das ações relativas ao enfrentamento do baixo rendimento e da evasão escolar.

VI - Ampliar as possibilidades de construção coletiva de programas e serviços que atuem no enfrentamento das dificuldades de escolarização de cada aluno e na melhoria dos índices de desenvolvimento educacional.

[...]

XI- Criar mecanismos de comunicação permanente entre os membros da Rede e um Fórum de discussão sobre escolarização de cada aluno, sendo o cronograma e as pautas das reuniões do referido Fórum definidos coletivamente pelos representantes das instituições membros da Rede. (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 2013).

Consta, também, nas disposições transitórias da Lei, a responsabilidade do poder público municipal pelo financiamento dos programas, projetos e ou ações da Rede Pública Municipal pelo Direito de Ensinar e de Aprender. Também, na **Carta às pessoas que optaram por participar ativamente da concretização do direito de ensinar e de aprender, em Uberlândia, promovendo ações coletivas, fundamentais para o fortalecimento de escolas públicas de qualidade referenciada socialmente**, a SME faz referência à educação de qualidade referenciada socialmente e à ampliação dos indicadores de qualidade: “(...) a qualidade da escola pública terá como indicadores, por exemplo: Articulação do currículo escolar com as produções culturais dos grupos de convivência dos(as) estudantes”. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2013, p. 3-4).

Considerando os elementos da conjuntura educacional do Município de Uberlândia, analisamos as possíveis articulações entre as concepções dos/as gestores/as sobre qualidade da educação e os elementos vinculados à concepção e as implicações dessa questão nas ações que se expressam na proposta político/pedagógica, sociocultural e educativa que se encontra desenhada na Rede Pública Municipal Pelo Direito de Ensinar e de Aprender. Os resultados da pesquisa evidenciaram o que os/as gestores/as escolares consideram relevante para a construção e a efetivação da qualidade do ensino e da aprendizagem. E, ainda, o entendimento sobre o modo como os elementos contidos na Lei Municipal 11.444/2013 estão, ou

não, incorporados no universo pedagógico e nas concepções desses/as gestores/as sobre a qualidade da educação.

Qualidade em Educação: diferentes abordagens, dimensões e controvérsias

Qualidade em educação é conceito que envolve diferentes abordagens teórico/metodológicas e práticas pedagógicas. Embora essa discussão não tenha se iniciado agora, pois já se encontra em pauta desde longo tempo, sendo possível encontrá-la, por exemplo, desde a década de 1940, como explica Hobsbawm, citado por Oliveira e Araújo (2005, p. 8):

O problema da qualidade na educação é uma preocupação mundial que foi progressivamente se tornando central no debate educacional a partir da década de 1940, quando tem início, inclusive no Brasil, um processo significativo de expansão das oportunidades de escolarização da população.

Mas, esse tema ainda merece reflexão, pois continua carente de atenção e de ações concretas, capazes de garantir a efetivação real da qualidade na educação. Nesse sentido, é importante destacar que:

Tendo em vista a complexidade da temática é fundamental problematizar e apreender quais são os principais conceitos e definições que embasam os estudos, as práticas e as políticas educativas, sobretudo nas últimas décadas, bem como as dimensões e os fatores que apontam para a construção de uma educação de qualidade para todos. Os conceitos, as concepções e as representações sobre o que vem a ser uma Educação de Qualidade alternam-se no tempo e espaço, especialmente se considerarmos as transformações mais prementes da sociedade contemporânea, dado às novas demandas e exigências sociais, decorrentes das alterações que embasam a reestruturação produtiva em curso, principalmente

nos países membros da Cúpula das Américas. (DOURADO, OLIVEIRA e SANTOS, 2007, p. 7).

Discorrer sobre qualidade em educação, quando se tem como objeto o ensino e a aprendizagem para todos os grupos sociais, pressupõe analisar o funcionamento da escola e os resultados obtidos a partir do currículo prescrito e do real, desenhados e efetivados pela unidade escolar nos quais devemos considerar a proposta de avaliação, os recursos pedagógicos utilizados, a formação docente, a participação da comunidade escolar e de outras comunidades que habitam o entorno da escola, as histórias de cada estudante, os recursos financeiros, a gestão de conhecimento, de pessoas e das relações político/pedagógicas que se entrecruzam na organização da unidade escolar. É importante ressaltarmos que para se compreender a qualidade educacional é necessário refletir sobre as relações socioculturais, econômicas e políticas entrecruzadas na tecitura da organização da educação e, ainda, considerar os sujeitos sociais que transitam no ambiente escolar e entorno.

A concepção de qualidade da educação é aqui entendida de modo plural, com ênfase na relação do ensino e da aprendizagem. Portanto, destaca-se também os processos e as condições que os determinam como, por exemplo, o acesso, a permanência e a conclusão qualificada socialmente. Mas, lembrando que tudo isso não pode localizar-se somente no campo da medição, como pressupõe a maioria dos órgãos internacionais, incluindo o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, o Ministério da Educação – MEC, o Instituto Ayrton Senna, a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, dentre outros órgãos.

A concepção focada no campo exclusivo da medição defende que a qualidade da educação se torna possível se houver investimentos na dotação de suportes técnicos para as unidades escolares permitindo aos/às

educadores/as “[...] novas habilidades na aquisição de informações e conhecimento; imprimir maior força e dinamismo aos programas curriculares e à capacitação docente; aumentar as jornadas escolares e dotar as escolas de maior infraestrutura.” (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS (2007, p. 10). Esta é, certamente, a concepção que permeia a atuação dos órgãos oficiais cuja noção é a de que a principal finalidade da escola é a aprendizagem restrita, vinculada ao desempenho em avaliações de conteúdos disciplinares. Mas que, como explica Gusmão (2013, p. 106):

As concepções por eles desenvolvidas tendem a ser mais substantivas: qualidade é aprendizagem, qualidade é garantir acesso e permanência. Apesar de mencionar a existência de outros aspectos importantes, esses estão condicionados hierarquicamente à aprendizagem, sendo “facilitadores” para sua garantia; ou seja, as “condições” não são importantes a priori, e sim quando estão orientadas para a promoção da “aprendizagem”.

Dessa maneira, a qualidade da educação é política desafiadora. Não se resolve facilmente porque está enraizada na polissemia complexa e desafiadora da expressão, vinculada ao compromisso do Estado com a educação. Essa qualidade não pode considerar somente o seu produto final. É necessário compreender a íntima relação existente entre todos os fatores até aqui apontados, mas também, como se entrecruza a política educacional e a gestão escolar.

Há que se pensar, efetivar e garantir a qualidade por meio do ingresso, da permanência e da conclusão com qualidade social. É fundamental que os/as alunos/as, filhos/as das camadas populares tenham acesso aos processos de escolarização que favoreçam a autonomia intelectual, a valorização e o diálogo entre as diferentes culturas para que não permaneçam no campo marginal da exclusão plena ou parcial. Não basta aos/às alunos/as aprenderem a ler e escrever. É preciso que ao realizar suas leituras também saibam analisar, interpretá-las e produzir novos textos. Em

outras palavras, ler nas entrelinhas as mensagens codificadas por meio da escrita alfabética, mas nem sempre claramente explícitas no sentido velado que podem trazer as mensagens codificadas pelo mundo letrado. E isso só se aprende se houver uma educação qualificada socialmente. Como nos revela Gramsci, (1978, p. 50):

Dado que não pode existir quantidade sem qual e qualidade e qualidade sem quantidade (economia sem cultura, atividade prática sem inteligência e vice-versa), toda a contraposição dos dois termos é, racionalmente, um contra-senso. E, de fato, quando se contrapõe a qualidade à quantidade [...] contrapõe-se, na realidade, uma certa qualidade a outra qualidade, uma certa quantidade a outra quantidade, isto é faz-se uma determinada política e não uma afirmação filosófica. Se o nexa quantidade-qualidade é inseparável, coloca-se a questão: onde é mais útil aplicar a própria força de vontade, em desenvolver a quantidade ou a qualidade? Qual dos dois aspectos é mais controlável? Qual é mais facilmente mensurável? Sobre qual dos dois é possível fazer previsões, construir planos de trabalhos? A resposta parece indubitável: sobre o aspecto quantitativo. Afirmar, portanto, que se quer trabalhar sobre a quantidade, que se quer desenvolver o aspecto ‘corpóreo’ do real, não significa que se pretende esquecer ‘a qualidade’, mas, ao contrário, que se deseja colocar o problema qualitativo de maneira mais concreta e realista, isto é, deseja-se desenvolver a qualidade pelo único modo no qual tal desenvolvimento é controlável e mensurável.

Seguindo a lógica do pensamento gramsciano, é possível compreender que a qualidade da educação não está totalmente desvinculada da quantidade. Mas, há que se ter cuidado com a questão. Pode ser que no afã de se ampliar a quantidade dos serviços educacionais possamos nos esquecer de que tão importante quanto a quantidade é a qualidade. Não se justifica, por exemplo, aprovar 100% (cem por cento) dos/as alunos/as, mas serem eles excluídos/as do capital cultural do mundo atual.

As concepções dos/as gestores/as da rede pública municipal de Uberlândia sobre qualidade da educação

Na Rede Pública Municipal de Educação de Uberlândia o discurso sobre a qualidade da educação é sempre recorrente considerando-se as concepções e as dimensões teórico/práticas sobre o significado e as ações concretas que matizam o conceito de qualidade. Assim, é importante analisar o que explicitam os/as gestores/as ao responderem às questões: O que é qualidade da educação? O que eu faço para melhorar a qualidade do ensino na escola? Nesse sentido, a análise dos discursos apresentados pelos/as gestores/as, ao abordarem as concepções de qualidade da educação evidenciaram aspectos descritos a seguir.

Em relação ao *espaço físico*, 25% (vinte e cinco por cento) dos/as gestores/as que participaram da pesquisa o consideraram importante para a garantia da qualidade da educação. Informaram que as ações que realizam para que o espaço físico contribua para a qualidade da educação, são: tornar o espaço físico limpo e agradável; organizar o espaço escolar; manter a limpeza e a conservação da escola; dinamizar o espaço escolar; investir na infraestrutura; disponibilizar o espaço físico para as atividades desenvolvidas na escola.

Os/as gestores/as das Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEI, participantes da pesquisa, consideram que o espaço físico das unidades que dirigem contribui para a qualidade do ensino. As ações realizadas e informadas para que esse espaço contribua com a qualidade da educação são as mesmas indicadas pelos/as gestores/as do ensino fundamental. Poucos foram os/as que afirmaram que o espaço físico das unidades que dirigem não contribui para a qualidade da educação porque são muito pequenos. A esse respeito, veja o quadro abaixo:

Quadro 4 - Resultados apresentado pelos/as gestores/as do ensino fundamental colaboradores/as da pesquisa sobre espaço físico

Percentual	Quantidade de Gestores/as do Ensino Fundamental que Responderam sobre o Espaço Físico	Gestores/as do Ensino Fundamental Participantes da Pesquisa
25%	12	48

Fonte: Questionários respondidos pelos/as participantes colaboradores/as da pesquisa.

Quadro 5 - Resultados apresentados pelos/as gestores/as das EMEI, colaboradores/as da pesquisa, sobre espaço físico

Percentual	Quantidade de Gestores/as da Educação Infantil – EMEI que Responderam sobre o Espaço Físico	Quantidade de Gestores/as da Educação Infantil - EMEI Participantes da Pesquisa
93,8%	46	49

Fonte: Questionários respondidos pelos/as participantes colaboradores/as da pesquisa.

Nas respostas dos/as gestores/as é possível verificar que as ações por eles/as realizadas objetivam melhorar as condições do espaço de trabalho nas unidades escolares. Mas, não especificaram em que sentido o espaço físico e a sua melhoria se relaciona com a qualidade da educação.

No quesito que os/as gestores/as denominaram de *valorização do/a profissional da educação* foram apresentadas as seguintes ações: promovem a boa convivência e interação com o grupo; o diálogo permanente com os/as profissionais da unidade escolar valorizando e motivando-os/as; promovem palestras sobre autoestima e responsabilidade e comemoram os aniversários. Vejamos:

Quadro 6 - Resultados apresentados pelos/as gestores/as do ensino fundamental em relação à valorização do/a profissional da educação

Percentual	Gestores/as que apontaram a valorização do/a profissional da	Gestores/as do ensino fundamental colaboradores/as da
------------	--	---

	educação como importante para a qualidade do ensino	pesquisa
16,6%	18	48

Fonte: Questionários respondidos pelos/as participantes da pesquisa.

Quadro 7 - Resultados apresentados pelos/as gestores/as das EMEI em relação à valorização do/a profissional da educação

Percentual		Gestores/as que apontaram a valorização do/a profissional da educação como importante para a qualidade do ensino	Gestores/as das EMEI colaboradores/as da pesquisa
100%		49	49

Fonte: Questionários respondidos pelos/as participantes da pesquisa.

Os/as gestores/as das EMEI evidenciaram que demonstram gratidão, incentivam e elogiam a todos/as que atuam na rede. Também reforçaram o discurso sobre a convivência democrática, onde todos/as tenham voz e o diálogo permanente com os profissionais das EMEI. Destacaram o zelo pelas relações humanas mantendo o clima da escola sempre prazeroso e da escuta constante realizada com os/as profissionais que trabalham nas EMEI que dirigem. Ressaltaram a importância da troca de experiências entre o grupo e a atenção que lhe é dada, assim como às suas ideias, críticas e sugestões. E mencionaram, ainda, as decisões compartilhadas e o olhar com ética, respeito e carinho aos/às profissionais do ensino. Entre os/as gestores/as das EMEI, os/as 49 participantes, isto é, 100% (cem por cento) deles/as reafirmaram que a valorização do/a profissional da educação é importante para a qualidade educacional.

Entretanto, quando falam da boa convivência com o grupo, por

exemplo, não explicitam em que sentido essa boa convivência interfere na qualidade da educação. Não explicitam, por exemplo, o que denominam boa convivência. E, assim ocorre com todas as ações citadas e que se referem à valorização do profissional da educação.

Ao falarem sobre o *desenvolvimento de projetos pedagógicos*, os/as gestores/as do ensino fundamental afirmaram que há exposição dos resultados dos projetos pedagógicos, com o convite à participação das famílias; apoiam as iniciativas da equipe escolar; incentivam a criação de projetos; destacaram o caráter holístico para o projeto pedagógico; há clima organizacional voltado para o pedagógico; fazem aquisição de materiais pedagógicos; propõem projetos pedagógicos; vistoriam caderno dos/as alunos/as e o planejamento dos/as professores/as. Os/as gestores/as da educação infantil não mencionaram esse aspecto. E, dos/as 48 gestores/as do ensino fundamental que responderam a pesquisa, somente 17, ou seja, 35,4% (trinta e cinco vírgula quatro por cento) citaram o desenvolvimento de projetos pedagógicos como ação importante para a qualidade da educação.

No que diz respeito às *tarefas de casa e ao reforço escolar*, três gestores/as das escolas de ensino fundamental informaram que: enviam convite para o envolvimento de pais, mães ou responsáveis; promovem aula de reforço escolar por meio do Projeto de Intervenção Pedagógica – PIP . Entretanto, não esclareceram de que modo o PIP se relaciona com as tarefas de casa e com o reforço escolar.

É interessante mencionar que existem controvérsias sobre a eficácia do PIP. Em pesquisa realizada por Silva e Nunes (2010), alguns/algumas colaboradores/as da pesquisa afirmaram que o resultado do PIP é questionável porque os/as docentes que se encontram fora da sala de aula, trabalhando com esse programa não conhecem as reais necessidades para desenvolverem o trabalho de modo a contribuírem para melhorar a qualidade da educação, especificamente, na alfabetização. Mas há, também,

opiniões de gestores favoráveis sobre o PIP¹ e suas ações, conforme mostrou os resultados da análise dos dados. Quanto aos/as gestores/as da educação infantil, apenas um/a se manifestou-se sobre reforço escolar.

Considerando que apenas três gestores/as, ou seja, 6,2% (seis vírgula dois por cento) do ensino fundamental e um/a da educação infantil – 2,0% (dois vírgula zero por cento) citaram a questão sobre as tarefas de casa e o reforço escolar, podemos considerar, então, que na visão desses/as profissionais a relevância dessas atividades pedagógicas, na qualidade e na melhoria do ensino e da aprendizagem, é pouco significativa.

Ao falarem acerca da **comunicação com a Secretaria Municipal de Educação – SME**, cinco gestores/as do ensino fundamental, ou seja, 6,2% (seis vírgula dois por cento) destacaram que para garantir a qualidade da educação, tomam as seguintes iniciativas: busca de soluções pedagógicas; coleta de opiniões sobre aspectos pedagógicos; gerenciamento de informações no ambiente escolar; busca de informações constantes e repasso delas para a equipe. Entre os/as gestores/as da educação infantil, apenas um se manifestou sobre a comunicação com a SME, o que representa 2,0% (dois vírgula zero por cento).

É importante informar que as assessorias pedagógicas da educação infantil e do ensino fundamental, bem como de outros setores de apoio para o funcionamento das unidades escolares localizam-se na SME. Todavia, a SME, por longo período, reduziu as reuniões com os/as gestores/as a espaço de transmissão de informação. Existe, também, o Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz – CEMEPE, que cuida da formação docente e, juntamente com o Comitê Gestor da SME e unidades escolares, a partir do segundo semestre de 2013, realiza o projeto Compreendendo os Resultados Educacionais objetivando, por meio de estudos e pesquisa-ação, compreender e interferir nos resultados educacionais dos/as alunos/as da Rede Pública Municipal de Ensino de

¹ Programa implantado pela Secretaria Estadual de Educação e instituído pela Lei Municipal nº 10.913, de 29 de setembro de 2011 pelo Diário Oficial do Município – Ano XXIII, Nº 3759, p. 1

Uberlândia e, com as unidades escolares de cada polo da rede Pública Municipal Pelo Direito de Ensinar e de Aprender¹, melhorar a qualidade da educação no município. Tudo isso nos leva a repensar a efetividade da comunicação entre SME e unidades escolares, tendo em vista o percentual de resposta dos gestores/as que citou esse aspecto e o vinculou à qualidade da educação.

Em relação ao aspecto *trabalho em equipe*, considerado pelos/as gestores/as como fator importante para a construção da qualidade em educação, ressaltaram os/as diretores/as de ensino fundamental, a realização das seguintes ações: a discussão dos projetos pedagógicos com professores/as e supervisores/as; propor e incentivar o trabalho coletivo e a união do grupo; gestão democrática; reuniões durante os módulos e com a equipe pedagógica; encontro com professores/as; reuniões semanais e mensais; socialização de ideias para decisões coletivas; busca de equilíbrio, entrosamento e motivação da equipe; troca de experiências e discussão com os/as pedagogos/as. Foram 23 gestores/as que falaram sobre essa questão equivalendo a 47,9% (quarenta e sete vírgula nove por cento).

Os/as gestores/as da educação infantil foram unânimes em afirmar a importância do trabalho pedagógico para a qualidade da educação e informaram que: incentivam a elaboração conjunta de material pedagógico; realizam troca coletiva de ideias, leitura, acervos, experiências; fazem reunião com os/as pedagogos/as e reuniões conjuntas com os/as pedagogos/as; fazem reuniões mensais e semanais.

Quanto ao *relacionamento com a comunidade*, os/as gestores/as do ensino fundamental afirmaram realizar as seguintes ações: ouvir a comunidade; ouvir os pares; consulta à comunidade. Foram seis colaboradores da pesquisa que falaram sobre essa questão, o que significa

¹ A SME elaborou e o governo municipal sancionou a Lei 11.444, de 24 de julho de 2013 que instituiu a Rede Pública Municipal Pelo Direito de Ensinar e de Aprender objetivando conhecer, com detalhes, a rede pública municipal de ensino e estabelecer parcerias com os demais órgãos institucionais e equipamentos sociais que possa colaborar para garantir aos alunos a inclusão e, também, a permanência e a conclusão dos seus estudos de modo socialmente qualificado. A Rede agrupou as unidades escolares em cinco polos, a saber: Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro.

12,5% (doze vírgula cinco por cento) dos/as gestores/as de ensino fundamental. Os/as gestores/as de educação infantil foram mais detalhistas e revelaram que: buscam parceria entre escola e família visando o sucesso da escola; recebem a comunidade com alegria, atenção e respeito; acolhem os pais; resolvem os problemas com a comunidade de forma imediata; conversam com a família ajudando na formação dos/as filhos/as; há envolvimento dos pais que também fazem avaliação da escola; fazem reuniões com os pais. Foram 47 gestores/as das EMEI que falaram sobre o tema e isso corresponde a 95,9% (noventa e cinco vírgula nove por cento).

Sobre a **capacitação profissional**, afirmaram os/as gestores/as do ensino fundamental e da educação infantil que organizam e oferecem cursos; divulgam a formação continuada; incentivam estudos e planejamentos; liberam os/as docentes para cursos e congressos e fazem intercâmbio com as licenciaturas. Foram 12 gestores/as do ensino fundamental e 49 das EMEI sendo 25% (vinte e cinco por cento) e 100% (cem por cento), respectivamente. Analisando suas afirmações evidenciam-se ações realizadas pela gestão escolar: diretores/as, vice-diretores/as, pedagogos/as. Parcela significativa da capacitação profissional tem sido realizada pelo Centro de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz – CEMEPE, no espaço deste centro de formação docente.

Referindo-se aos **processos de ensino e de aprendizagem**, os/as gestores/as do ensino fundamental ressaltaram que: realizam todo o processo pedagógico; levantam os dados sobre o baixo rendimento na leitura, na escrita e no processo cognitivo; realizam projeto interdisciplinar; fazem reforço escolar no contraturno e os/as eventuais trabalham com a leitura e a escrita; tomam leitura dos/as alunos/as do 1º ao 5º ano; analisam as provas bimestrais e outras avaliações com os/as professores/as; realizam diagnóstico para se informarem sobre a aprendizagem dos/as alunos/as. Os/as gestores/as da educação infantil não falaram sobre o ensino e a aprendizagem.

Considerações Finais

As orientações teórico/práticas que são recebidas e discutidas no interior das unidades escolares sobre a qualidade da educação, no ensino e na aprendizagem, pode se materializar no discurso e nas práticas do cotidiano das escolas. Sendo assim, por um lado, não se descarta que a qualidade apregoada e praticada em cada unidade escolar pode refletir, também, as orientações políticas que, explícita ou implicitamente, conduzem ao discurso e à efetivação de práticas pedagógicas sobre a qualidade da educação. Por outro lado, as concepções de qualidade que se efetivam no contexto e no interior das unidades escolares evidenciam o que os/as gestores/as escolares elaboram e recriam sobre a questão.

Essa qualidade pode estar relacionada com as questões apontadas pelos/as gestores/as das unidades escolares do Município de Uberlândia, como: espaço físico, valorização do/a profissional da educação, desenvolvimento de projetos pedagógicos, tarefas de casa e reforço escolar, comunicação com a Secretaria Municipal de Educação, trabalho em equipe, relacionamento com a comunidade, capacitação profissional, processos de ensino e de aprendizagem, conselho escolar, família escola. Essas questões evidenciaram dimensões da qualidade da educação: infraestrutura; valorização do/a profissional da educação; atividades pedagógicas; organização do trabalho docente; formação continuada; comunicação com a Secretaria Municipal de Educação - SME- e recursos financeiros. As dimensões indicadas na Educação Infantil que se destacaram, foram: valorização profissional - 100% (cem por cento); trabalho em equipe - 100% (cem por cento); capacitação profissional - 100% (cem por cento); relação família/escola - 100% (cem por cento); relação com a comunidade - 95,09% (noventa e cinco por cento); espaço físico - 93,8% (noventa e três por cento). No Ensino Fundamental - EF: valorização profissional - 16,6% (dezesesseis vírgula seis por cento); trabalho em equipe - 47,9% (quarenta e sete vírgula nove por cento); capacitação profissional - 25% (vinte e cinco por cento);

relação família/escola - 37,5% (trinta e sete vírgula cinco por cento); relação com a comunidade - 12,5% (doze vírgula cinco por cento). A dimensão desenvolvimento de projeto pedagógico foi destacada por 35,4% (trinta e cinco vírgula quatro por cento) no EF, mas não foi citada na Educação Infantil.

Também, ficaram evidenciados, no discurso dos/as gestores/as, outras dimensões pedagógicas e socioadministrativas consideradas importantes para a qualidade da educação e relacionadas ao ensino e a aprendizagem, como: tarefas de casa e reforço escolar que, na perspectiva dos/as gestores/as do EF representou 6,2% (seis vírgula dois por cento) e 2,0% (dois por cento) na Educação Infantil - EI. A dimensão comunicação com a SME representou 6,2% (seis vírgula dois por cento) na visão dos/as gestores/as do EF e 2,0% (dois por cento) na EI. Processos de ensino e de aprendizagem foram citados por 18,7% (dezoito vírgula sete por cento) dos/as gestores/as do EF e por 0,0% (zero por cento) pelos/as do/a EI. O Conselho Escolar foi considerado importante na contribuição da qualidade da educação, apenas por 8,3% (oito vírgula três por cento) dos/as gestores/as do EF e por 4,0% (quatro por cento) pelos/as da EI. Esse resultado também pode ser articulado com a discussão sobre a importância de mecanismos de participação da família nas unidades escolares. Cabe lembrarmos que ocorreu diminuição da citação dessa participação nas respostas dos/as gestores/as do ensino fundamental. O que nos leva a questionar sobre o caráter, o conteúdo e o limite conferido à participação da família na escola: cuidado, controle disciplinar e compartilhamento da responsabilidade por tarefas e estudos a serem realizados em casa. O que não significa participação contínua na elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola em sua totalidade.

A democratização da educação também contribui para a qualidade do ensino e da aprendizagem porque permite que pais, mães, responsáveis pelos/as alunos/as e toda a comunidade participem da construção e da efetivação dos projetos pedagógicos, de modo democrático. Não é possível

saber se as ações pedagógicas de fato estão de acordo com as necessidades dos/as discentes se a comunidade escolar desconhece e não participa dos projetos pedagógicos que deverão incorporar as diferentes abordagens culturais que permeiam o cotidiano das crianças e da juventude atendidos/as nas unidades escolares da rede pública municipal.

Os resultados da pesquisa demonstraram, também, que aspectos das orientações teórico/práticas, elaboradas pela SME em colaboração com os/as gestores/as das unidades escolares, contemplando a discussão sobre qualidade da educação se materializam no discurso e nas práticas cotidianas escolares e refletem nas orientações políticas que, explícita ou implicitamente, conduzem ao discurso e à efetivação dessas práticas que, também, está na mentalidade cristalizada dos/as gestores/as. Qualidade da educação também se relaciona com as políticas educacionais engendradas pelo município e com o respeito às diferenças culturais e educacionais presentes na mentalidade dos/as educadores/as e da comunidade de cada unidade escolar.

Com certeza, justifica-se a preocupação dos/as gestores/as com o espaço físico. Mas, em que sentido esse espaço deve ser cuidado? Somente no que diz respeito à limpeza, como citaram os/as gestores/as? É importante que o espaço físico esteja limpo. Mas, existem outros cuidados que também interferem na organização do espaço de modo que contribua com a qualidade da educação. O modo como as salas de aula é organizado, por exemplo, pode ser importante para oportunizar aos/às alunos/as participarem de modo efetivo na relação ensino/aprendizagem. Se as carteiras estiverem enfileiradas, por exemplo, a possibilidade de interação entre os/as alunos/as será prejudicada. Mas, se estiverem organizadas em círculo, permitindo que os/as estudantes se assentem em grupos, certamente possibilitaria o debate, a discussão, a socialização dos conhecimentos e a interação social. Portanto, o espaço físico e a sua organização, para contribuir com a qualidade da educação, vai além da limpeza do ambiente.

Os resultados da pesquisa referem-se ao fato de que há indicadores

que estão presentes no depoimento dos/as gestores/as e nos documentos elaborados pelos/as assessores/as pedagógicos da SME (infraestrutura, participação das famílias nas unidades escolares, valorização dos/as profissionais, gestão democrática). Todavia, o caráter e a extensão da participação da família na escola diferem. Além disso, os documentos trazem quantidade maior de indicadores de qualidade do que os depoimentos dos/as gestores/as. A título de ilustração, constam dos referidos documentos: articulação do currículo escolar com as produções culturais dos grupos de convivência dos/as estudantes, redução da taxa de violência na escola, participação da comunidade escolar na elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico, Educação livre de discriminação e preconceitos (raciais, gênero, classe social, geração, sexualidade, dentre outros) e índice de crianças, jovens e adultos alfabetizados/as.

Finalizando, a qualidade da educação possui várias dimensões e significados. As concepções expressas pelos/as gestores/as da rede pública municipal de ensino, colaboradores/as da pesquisa que resultou neste trabalho, demonstram a possibilidade de diferentes abordagens, interpretações e indicam diferentes maneiras de interpretar a construção dessa qualidade. Além disso, diversos fatores que nela interferem sequer foram mencionados por esses/as colaboradores/as que lidam diariamente com a necessidade de se trabalhar para garantir a qualidade educacional nas unidades escolares sob a responsabilidade da gestão que realizam. O grau de complexidade que envolve a questão determina diferentes interpretações sobre o assunto. Portanto, são necessárias discussões e estudos permanentes sobre o tema para que a realidade educacional tenha, de fato, qualidade e esteja a favor das camadas populares.

Referências

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. Notas sobre a análise da gestão da educação e da qualidade do ensino no contexto das políticas educativas. In: *Revista Brasileira*

de *Política e Administração Educacional -RBPAE*. Associação Nacional de Política e Administração da Educação, v. 27, n. 3, set./dez. 2011, p. 361-588.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. (1998). *Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998. (v. I).

CURY, Carlos Roberto Jamil. Qualidade em educação. In: *Nuances: estudos sobre Educação*. Presidente Prudente/SP: UNESP/Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia e do Deptº de Educação, ano XVII, v. 17, n. 18, jan./dez. 2010, p. 15-31.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de e SANTOS, Catarina de Almeida. A Qualidade da Educação: conceitos e definições. *Publicações Diversas – Série Documental – Textos Para Discussão*. Brasília: INEP/MEC, nº 24, 2007.

GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUSMÃO, Joana Buarque. Significados da noção de qualidade da educação na arena educacional brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília/DF: v. 94, n. 236, jan./abr.2006, p. 100-124.

KRÜGER, Heinz-Hermann (2010). A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação na Alemanha. In: WELLER, Wivian e PFAFF, Nicole (Orgs.). *Metodologia da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2010, p. 39-52.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de e ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: USP, nº 28, jan/fev./mar.2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a02n28.pdf>>. Acessado em: 07/05/2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE UBERLÂNDIA. *Entrevistas com os/as gestores/as escolares do ensino fundamental e da educação infantil*. Uberlândia/MG, SME, 2013.

_____. *Carta às pessoas que optaram por participar ativamente da concretização do direito de ensinar e de aprender, em Uberlândia, promovendo ações coletivas, fundamentais para o fortalecimento de escolas públicas de qualidade referenciada socialmente*. Uberlândia: SME, 2013.

SILVA, Vanessa Alves da e NUNES, Silma do Carmo (2010). Plano De Intervenção Pedagógica - Resultados e Perspectivas Sob o Olhar da Inspeção Escolar. In: *Revista da Católica*. Uberlândia/MG: Faculdade Católica, v. 2, n. 3, 2010, p. 318-333. Disponível em: <catolicaonline.com.br/revistadacatolica>. Acessado em: 21/05/2015.

UBERLÂNDIA. *Lei 11.444/2013 de 26/07/2013*. Uberlândia: Diário Oficial do

Município - DOM, Ano XXV, Nº 4203, 2013.

Recebido em março de 2016.
Aprovado em agosto de 2016.